

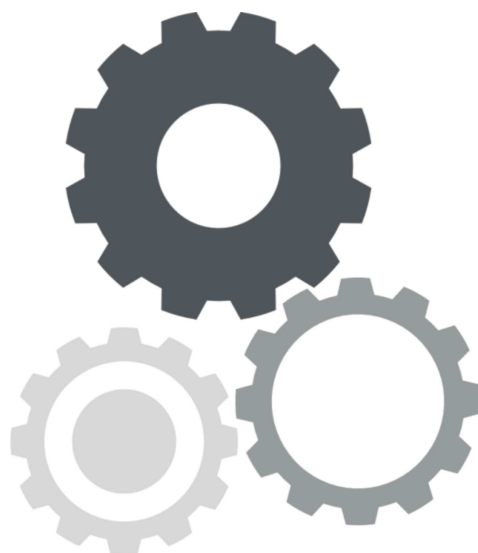
POLÍCIA FEDERAL

GTED/SELOG/SR/PF/PR

MARÇO/2026

Instalação de Alambrado

DISPENSA, Art 75, II
Serviço Comum Geral



Documento assinado digitalmente

JUNIOR MAGGI

Data: 30/03/2026 15:40:01-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



Documento assinado digitalmente

MARCIO DE SOUZA BOUZAS

Data: 30/03/2026 15:44:34-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



TERMO DE REFERÊNCIA

APENSOS

Apêndice A do TR - ETP Estudo Técnico Preliminar

ANEXOS

Anexo I do TR - Detalhes construtivos

Anexo II do TR - IMR

Anexo III do TR - Modelos de Declaração



SUMÁRIO DO TERMO DE REFERÊNCIA

SUMÁRIO DO TERMO DE REFERÊNCIA.....	8
TR-1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO.....	10
TR-2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO.....	10
TR-3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO.....	10
TR-4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO.....	11
4A. Sustentabilidade.....	11
4B. Indicação de marcas ou modelos.....	11
4C. Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço.....	11
4E. Subcontratação.....	11
4F. Garantia da contratação.....	11
4G. Vistoria.....	14
4H. Instalação de escritório.....	15
4I. Margem de preferência.....	15
TR-5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO.....	15
5A. Condições de execução.....	15
5B. Local e hora da prestação do serviço.....	16
5C. Rotinas a serem cumpridas.....	16
5D. Materiais a serem disponibilizados.....	16
5E. Informações relevantes para o dimensionamento da proposta.....	16
5F. Especificação da garantia do serviço.....	16
5G. Uniformes.....	16
5H. Procedimentos de transição e finalização do contrato.....	17
TR-6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO.....	17
6A. Preposto.....	18
6B. Rotinas de Fiscalização.....	18
6C. Fiscalização Técnica.....	18
6D. Fiscalização Administrativa.....	20
6E. Gestor da execução do contrato.....	24
TR-7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO.....	25
7A. Do Recebimento.....	26
7B. Liquidação.....	28
7C. Prazo de pagamento.....	29
7D. Forma de pagamento.....	29
7E. Antecipação de pagamento.....	29
7F. Reajuste.....	30
7G. Cessão de crédito.....	31
7H. Conta Depósito Vinculada ou Pagamento pela fato gerador.....	32
Conta-Depósito Vinculada.....	32
TR-8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	34
TR-9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.....	37
9A. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta.....	37



9B. Regime de Execução.....	37
9C. Critério de Aceitabilidade de Preços.....	37
9D. Exigências de habilitação.....	38
9E. Habilidade Jurídica.....	38
9F. Habilidade fiscal social e trabalhista.....	39
9G. Qualificação Econômico Financeira.....	40
9H. Qualificação Técnica.....	41
9I. Qualificação Técnica Operacional.....	41
9J. Qualificação Técnica Profissional.....	42
9K. Disposições Gerais Sobre a Habilidade.....	42
9L. Documentação Complementar para Cooperativas.....	43
TR-10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO.....	44
TR-11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	44



TERMO DE REFERÊNCIA (MINUTA)

SERVIÇO COMUM EM GERAL (DISPENSA ELETRÔNICA)

TR-1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

tr-1.1. Contratação de serviços nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e anexos.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Instalação de alambrado e concertina, com 120 metros lineares, para divisão de perímetro.	16675	Unidade	01	R\$24.200,00	R\$24.200,00

tr-1.2. O serviço objeto desta contratação é caracterizado como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

tr-1.3. O serviço é enquadrado como não contínuo ou contratado por escopo.

tr-1.4. O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias contados da assinatura do contrato, prorrogável por igual período.

tr-1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

TR-2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

tr-2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

tr-2.2. O objeto da contratação está previsto no **Plano de Contratações Anual 2026**, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 00394494000136-0-000030/2026
- II) Data de publicação no PNCP: 30/01/2026
- III) Id do item no PCA: 249
- IV) Classe/Grupo: 545 - TIPOS ESPECIAIS DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO
- V) Identificador da Futura Contratação: 200364-41/2026



TR-3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

- tr-3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, **Apêndice** deste Termo de Referência.

TR-4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

TR-4A. Sustentabilidade

- tr-4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e que se encontram exauridos no ETP, em especial:

- tr-4.1.1. Alta Durabilidade e Resistência à Corrosão: Priorizar telas com revestimento de PVC sobre arame galvanizado ou telas de aço inoxidável, garantindo vida útil superior e menor necessidade de substituição. Definições técnicas estão melhor detalhadas no Anexo do TR: DC - Detalhes Construtivos.
- tr-4.1.2. Materiais Reciclados ou Recicláveis: Priorizar postes e telas que contenham porcentagem de aço reciclado ou materiais plásticos reciclados (PEAD), caso aplicável.
- tr-4.1.3. Revestimentos Ecológicos: Utilizar tintas ou revestimentos com baixo teor de Compostos Orgânicos Voláteis (COV) para estruturas metálicas.
- tr-4.1.4. Certificações de Gestão Ambiental: Preferir empresas que possuam certificação ISO 14001 ou demonstrem práticas de responsabilidade socioambiental.
- tr-4.1.5. Segurança e Saúde do Trabalhador: Exigir a comprovação de conformidade com as normas de segurança do trabalho (NRs), garantindo EPIs adequados para os operários na instalação da tela e manuseio de materiais metálicos.
- tr-4.1.6. Logística Verde: Valorizar fornecedores locais para reduzir a emissão de carbono no transporte de materiais pesados como arames e postes.

TR-4B. Subcontratação

- tr-4.2. Será admitida a subcontratação da instalação do portão de acesso à pedestres.
- tr-4.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
- tr-4.4. A subcontratação depende de autorização prévia do Contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.



- tr-4.5. O Contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.
- tr-4.6. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

TR-4C. Garantia da contratação

- tr-4.7. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total da contratação.
- tr-4.8. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.
- tr-4.8.1. A apólice de seguro-garantia deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.
- tr-4.8.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.
- tr-4.8.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.
- tr-4.8.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.
- tr-4.8.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.
- tr-4.9. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- tr-4.10. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.
- tr-4.11. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

- tr-4.12. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regularmente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.
- tr-4.12.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).
- tr-4.13. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:
- tr-4.13.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- tr-4.13.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- tr-4.13.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.
- tr-4.14. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.
- tr-4.15. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- tr-4.16. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- tr-4.17. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.
- tr-4.18. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- tr-4.18.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- tr-4.18.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicáveis ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- tr-4.19. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- tr-4.19.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.



tr-4.19.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

tr-4.20. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

tr-4.21. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

tr-4.22. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

tr-4.23. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

TR-4D. Vistoria

tr-4.24. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08 horas às 16 horas, devendo o agendamento ser feito previamente pelo telefone (41) 3251-7826 (GTED).

tr-4.25. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

tr-4.26. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

tr-4.26.1. Locais das instalações da CONTRATANTE:

ITEM	Edificação	Endereço	Cidade	Área
1	Superintendência Regional de Polícia Federal no Paraná	Rua Profa. Sandália Monzon, 210 - Santa Cândida, Curitiba - PR, 82640-040	Curitiba	-

tr-4.26.2. Embora não tenha caráter obrigatório, a vistoria é essencial para o cumprimento adequado das obrigações contratuais, visando dirimir eventuais dúvidas a respeito do Aviso de Dispensa e dar oportunidade às licitantes de consultar maiores detalhes dos serviços a serem prestados.

tr-4.26.3. Quando da vistoria, não é possível a disponibilização ou divulgação de fotografias, plantas, desenhos técnicos e congêneres por se tratar de projeto em área de segurança federal.



- tr-4.26.4. Ainda, pela necessidade de sigilo de informações que possam comprometer futuras operações policiais, quando da realização da vistoria será proibido fotografar ou filmar qualquer tipo de documento ou as instalações, sob pena da empresa ser impedida de participar do processo licitatório.
- tr-4.26.5. Quando da vistoria, os licitantes deverão se inteirar cuidadosamente das condições e do grau de dificuldade dos serviços, podendo ser efetuados exames e medições necessárias, não se admitindo, posteriormente, qualquer alegação de desconhecimento destes. Eventuais problemas observados na fase de vistoria e de elaboração da proposta deverão ser apontados formalmente à Comissão de Licitação, antes da data prevista para a abertura da licitação (conforme datas e prazos estabelecidos no Aviso de Dispensa); após essa data, nenhuma reclamação será aceita, cabendo à CONTRATADA a execução do objeto em sua totalidade.
- tr-4.26.6. Depois de realizada a vistoria, o funcionário responsável da CONTRATANTE assinará o Atestado de Vistoria, assinado conjuntamente com o representante do licitante, comprovando de que o mesmo vistoriou presencialmente as instalações da unidade, que tomou conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, em conformidade com o Aviso de Dispensa e seus Anexos deste TR, não se admitindo, posteriormente, qualquer alegação para desconhecimento.
- tr-4.27. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria deverá declarar, por meio de **Termo de Renúncia**, assinado pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- tr-4.28. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

TR-5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

TR-5A. Condições de execução

- tr-5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- tr-5.1.1. Início da execução do objeto: até 30 dias da emissão da ordem de serviço.
- tr-5.1.2. Seguir rigorosamente às especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas, em especial à:
- tr-5.1.2.1. ABNT NBR 7176, que estabelece requisitos para mourões de concreto armado para cercas de arame.
- tr-5.1.2.2. ABNT NBR 16715 que estabelece requisitos para telas soldadas de arame galvanizado usadas em cercamentos.
- tr-5.1.2.3. ABNT NBR 11169 que trata da execução de cercas de arame farpado



tr-5.1.3. Seguir as recomendações do Anexo I do TR - Detalhes Construtivos.

TR-5B. Local e hora da prestação do serviço

tr-5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

tr-5.2.1. R. Profa. Sandália Monzon, 210 - Santa Cândida, Curitiba - PR, 82640-040.

tr-5.3. Os serviços serão prestados nos seguintes horários:

tr-5.3.1. De segunda a sexta-feira, das 8:00hs às 17:00 hs.

TR-5C. Rotinas a serem cumpridas

tr-5.4. A execução contratual observará as seguintes rotinas:

tr-5.4.1. Atender as normas de segurança para acesso de pessoas terceirizadas às dependências da Polícia Federal no tocante a:

tr-5.4.1.1. Respeitar às normas de segurança e controle de acesso de pessoas terceirizadas às dependências da Polícia Federal, acatando às orientações da fiscalização técnica, em especial:

tr-5.4.1.2. A identificação é obrigatória: visitantes devem se identificar previamente nas portarias/plantão do dia.

tr-5.4.1.3. Haverá rígido controle de acesso às áreas internas da Polícia Federal. Crachás de identificação / uniformes da contratada serão obrigatórios para permitir o acesso a locais autorizados.

tr-5.4.1.4. Todo acesso é controlado por vigilantes e sistemas eletrônicos de vigilância, portanto, somente será autorizado o acesso às dependências da Polícia Federal mediante prévia identificação e anuência da fiscalização técnica / plantonista do dia;

tr-5.4.1.5. Segurança da Informação: será estritamente proibido a realização de qualquer registro fotográfico de veículos, edificações ou servidores/colaboradores da Polícia Federal, durante a prestação de serviços. O registro fotográfico ou de vídeo, do serviço prestado somente será autorizado mediante prévia consulta e anuência pela fiscalização técnica competente.

tr-5.4.2. Seguir as recomendações do Anexo I do TR - Detalhes Construtivos.

TR-5D. Materiais a serem disponibilizados

tr-5.5. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários.



TR-5E. Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

tr-5.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

tr-5.6.1. Observar os critérios estabelecidos nos seguintes itens do Anexo [DETALHES CONSTRUTIVOS](#) :

- tr-5.6.1.1. [Instalação](#),
- tr-5.6.1.2. [Controle de Execução](#),
- tr-5.6.1.3. [Manejo Ambiental](#) e,
- tr-5.6.1.4. [Detalhes Construtivos](#)

TR-5F. Especificação da garantia do serviço

tr-5.7. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

TR-5G. Procedimentos de transição e finalização do contrato

tr-5.8. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

TR-6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- tr-6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- tr-6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução, **ou instrumento similar**, será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- tr-6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- tr-6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- tr-6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de

fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

TR-6A. Preposto

- tr-6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- tr-6.7. A contratada não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto.
- tr-6.8. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

TR-6B. Rotinas de Fiscalização

- tr-6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) gestor(es) da execução e fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

TR-6C. Fiscalização Técnica

- tr-6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- tr-6.11. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- tr-6.12. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- tr-6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor da execução do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- tr-6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor da execução do contrato.
- tr-6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor da execução do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.



- tr-6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.
- tr-6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

TR-6D. Fiscalização Administrativa

- tr-6.18. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- tr-6.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor da execução do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

TR-6E. Gestor da execução do contrato

- tr-6.20. Cabe ao gestor de execução do contrato:
- tr-6.20.1. coordenar o processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).
- tr-6.20.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).
- tr-6.20.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).
- tr-6.20.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas,



devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

tr-6.20.5. prestar as informações necessárias para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

tr-6.20.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

tr-6.20.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

tr-6.20.8. receber e dar encaminhamento imediato:

tr-6.20.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

tr-6.20.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

TR-7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

tr-7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo IMR deste Termo de Referência.

tr-7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

tr-7.1.1.1. não produziu os resultados acordados,

tr-7.1.1.2. deixou de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

tr-7.1.1.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

tr-7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

tr-7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

tr-7.3.1. As atividades de fiscalização ficarão a cargo dos seguintes atores: fiscal técnico, fiscal administrativo, fiscais setoriais e público usuário (avaliação dos serviços), conforme o caso.



- tr-7.3.2. A designação formal do gestor da execução e fiscais será feita por ato do Chefe da respectiva Unidade Gestora.
- tr-7.3.3. Para o exercício da função, gestor da execução e fiscal serão cientificados, expressamente, da indicação e respectivas atribuições antes da formalização do ato de designação.
- tr-7.3.4. Deverá ser priorizado o correio eletrônico como meio oficial de comunicação entre a Contratada e a Contratante. Para tanto deverá ser disponibilizado e-mail profissional da empresa. Também deverão ser disponibilizados números telefônicos fixo e móvel, para contato direto com o representante legal da empresa e preposto.
- tr-7.3.5. A Fiscalização Técnica definirá, de comum acordo com a CONTRATADA, a melhor forma para apresentação dos documentos objetivando a medição dos serviços, sempre respeitando os procedimentos previamente estabelecidos no presente Termo de Referência e seus Anexos.
- tr-7.3.6. O pagamento dos serviços apenas será realizado quando a CONTRATADA reunir todos os documentos necessários, tais como relatórios, notas fiscais, regularidade perante os órgãos públicos, entre outros, conforme os procedimentos estabelecidos em todo o presente Termo de Referência e seus Anexos.

TR-7A. Do Recebimento

- tr-7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, **em parcela única**, no prazo de 15 (quinze) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.
- tr-7.4.1. Não se tratando de obra ou serviço de engenharia, o recebimento provisório somente será emitido após a comunicação formal da contratada, através de ofício ou documento similar, que deverá descrever expressamente que os serviços contratados foram finalizados.
- tr-7.4.2. A comunicação deverá ser enviada para à Fiscalização de Contratos e comunicada ao fiscal técnico responsável.
- tr-7.4.3. Caso sejam identificadas irregularidades, será estipulado prazo razoável para o saneamento das irregularidades e nova vistoria deverá ser realizada pela fiscalização técnica.
- tr-7.4.4. Após a aceitação dos serviços pela fiscalização técnica, será emitido Termo de Recebimento Provisório (sem pendências) e o recebimento definitivo e o pagamento poderão ser realizados conforme prazos previstos em contrato.
- tr-7.5. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- tr-7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.



- tr-7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.
- tr-7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- tr-7.9. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento, o momento em que o objeto contratado for totalmente executado, após comunicação formal emitida pela Contratada.
- tr-7.9.1. Como se trata de um serviço comum, em que não há cronograma físico-financeiro, o serviço será considerado totalmente entregue após a conclusão total do objeto contratado. O recebimento provisório e a medição para pagamento somente será executada após aceitação pela fiscalização técnica gestor do contrato, com posterior emissão de Termo de Recebimento Provisório e Termo de Recebimento Definitivo.
- tr-7.10. Ao final do período de faturamento:
- tr-7.10.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor da execução do contrato;
- tr-7.11. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- tr-7.12. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- tr-7.13. A fiscalização não efetuará o ateste da única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- tr-7.14. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- tr-7.15. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- tr-7.16. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor da execução do contrato para recebimento definitivo.
- tr-7.17. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, pelo Gestor da Execução do contrato, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:



- tr-7.17.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.
- tr-7.17.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- tr-7.17.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- tr-7.17.4. Comunicar à empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- tr-7.17.5. Enviar a Nota Fiscal Atestada juntamente à documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão da execução.
- tr-7.18. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- tr-7.19. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- tr-7.20. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

TR-7B. Liquidação

- tr-7.21. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- tr-7.22. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- tr-7.23. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- o prazo de validade;
 - a data da emissão;
 - os dados do contrato e do órgão contratante;



- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

- tr-7.24. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;
- tr-7.25. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- tr-7.26. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Aviso de Dispensa; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- tr-7.27. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- tr-7.28. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- tr-7.29. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- tr-7.30. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

TR-7C. Prazo de pagamento

- tr-7.31. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.
- tr-7.32. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA** de correção monetária.

TR-7D. Forma de pagamento



- tr-7.33. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- tr-7.34. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- tr-7.35. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- tr-7.35.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- tr-7.36. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

TR-7E. Reajuste

- tr-7.37. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **AGOSTO do ano de 2025**.
- tr-7.38. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **IPCA**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- tr-7.39. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- tr-7.40. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- tr-7.41. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- tr-7.42. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- tr-7.43. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- tr-7.44. O reajuste será realizado por apostilamento.

TR-7F. Cessão de crédito

- tr-7.45. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.
- tr-7.46. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

- tr-7.47. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.
- tr-7.48. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.
- tr-7.49. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.
- tr-7.50. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regida

TR-8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- tr-8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
- tr-8.1.1. a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - tr-8.1.2. b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - tr-8.1.3. c) der causa à inexecução total do contrato;
 - tr-8.1.4. d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - tr-8.1.5. e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - tr-8.1.6. f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - tr-8.1.7. g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - tr-8.1.8. h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- tr-8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- tr-8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - tr-8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

tr-8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

tr-8.2.4. Multa:

tr-8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,1% (1 décimo por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 90 (noventa) dias.

tr-8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

tr-8.2.5. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

tr-8.2.6. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 1% (um por cento) a 3% (três por cento) do valor da contratação.

tr-8.2.7. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 3% (três por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

tr-8.2.8. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 3% (três por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

tr-8.2.9. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 1% (um por cento) a 3% (três por cento) do valor da contratação.

tr-8.2.10. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 1% (um por cento) a 3% (três por cento) do valor da contratação.

tr-8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

tr-8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

tr-8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

tr-8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

tr-8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

tr-8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.



- tr-8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- tr-8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- tr-8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:
- tr-8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- tr-8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;
- tr-8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- tr-8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e
- tr-8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- tr-8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.
- tr-8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- tr-8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.
- tr-8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- tr-8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.
- tr-8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

TR-9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

TR-9A. Seleção e critério de julgamento da proposta



tr-9.1. O fornecedor será selecionado por meio de contratação direta com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com base no seguinte:

tr-9.1.1. Trata-se de contratação com valor inferior ao limite do DECRETO Nº 12.343, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2024, R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos), restando claro que para o exercício de 2025 os valores dispensados de contratação somados, não alcançaram o referido limite.

TR-9B. Regime de Execução

tr-9.2. O regime de execução do contrato será Empreitada por **Preço Global**.

TR-9C. Exigências de habilitação

tr-9.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

TR-9D. Habilitação Jurídica

tr-9.4. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

tr-9.5. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

tr-9.6. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

tr-9.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

tr-9.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

tr-9.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

tr-9.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

tr-9.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.



TR-9E. Habilitação fiscal social e trabalhista

- tr-9.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.
- tr-9.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- tr-9.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- tr-9.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- tr-9.15.1. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- tr-9.15.2. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- tr-9.16. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- tr-9.17. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

TR-9F. Qualificação Econômico Financeira

- tr-9.18. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- tr-9.19. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- tr-9.20. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

- tr-9.20.1.1. Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação para o período de doze meses, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social; e
- tr-9.20.1.2. Patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação para o período de doze meses, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social;
- tr-9.20.2. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;
- tr-9.20.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- tr-9.20.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- tr-9.20.5. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.
- tr-9.20.6. Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo **Modelos de Declaração** deste Termo de Referência, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante, observados os seguintes requisitos:
- tr-9.20.6.1. A declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e
- tr-9.20.6.2. Caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.
- tr-9.20.7. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.



tr-9.20.8.

TR-9G. Qualificação Técnica

- tr-9.21. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- tr-9.21.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- tr-9.21.2. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

TR-9H. Qualificação Técnica Operacional

- tr-9.22. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- tr-9.22.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
- tr-9.22.2. **Para a empresa : Comprovação de prestação de serviço de construção ou instalação de alambrado, gradil ou similar com no mínimo 50 (cinquenta) metros lineares e altura mínima de 2,00 (dois) metros, mediante apresentação de:**
- tr-9.22.2.1. Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado;
- tr-9.22.2.2. Não será admitido o somatório de atestados, para comprovação de capacidade técnica da empresa.
- tr-9.22.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- tr-9.22.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- tr-9.22.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.
- tr-9.23. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.



- tr-9.24.** A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

TR-9I. Disposições Gerais Sobre a Habilitação

- tr-9.24.1.** Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- tr-9.24.2.** Na hipótese de o fornecedor ser uma empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- tr-9.24.3.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- tr-9.24.4.** Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- tr-9.24.5.** Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

TR-9J. Documentação Complementar para Cooperativas

- tr-9.24.6.** Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:
- tr-9.24.6.1.** A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
- tr-9.24.6.2.** A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- tr-9.24.6.3.** A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- tr-9.24.6.4.** O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- tr-9.24.6.5.** A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;



tr-9.24.7. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

- tr-9.24.7.1. ata de fundação;
- tr-9.24.7.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- tr-9.24.7.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- tr-9.24.7.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- tr-9.24.7.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
- tr-9.24.7.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e
- tr-9.24.7.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

TR-10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- tr-10.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ R\$ 24.200,00** (vinte e quatro mil e duzentos reais), conforme custos unitários apostos no Mapa de Cotações

TR-11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- tr-11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

~~tr-11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:~~

~~I) — Gestão/Unidade:~~

~~II) — Fonte de Recursos:~~

~~III) — Programa de Trabalho:~~

~~IV) — Elemento de Despesa:~~

~~V) — Plano Interno:~~

~~tr-11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.~~

- tr-1.1. Será inserida em momento oportuno, antes da publicação do Aviso de Dispensa.

TR-2. DISPOSIÇÕES FINAIS

TR-3. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.



Apêndice A do TR - ETP Estudo Técnico Preliminar

Anexo I do TR - Detalhes construtivos

Anexo II do TR - IMR

Anexo III do TR - Modelos de Declaração

DETALHES CONSTRUTIVOS

DETALHES CONSTRUTIVOS - ANEXO DO TR

DC-1. Introdução

DC-1.1. Objetivo

- dc-1.1.1. Definir critérios mínimos que orientam a execução de cercas do tipo alambrado, com uso de poste de concreto armado (mourão) e instalação de concertina (circular ou arame farpado linear) e portão de acesso à pedestres, conforme definido em TR.

DC-2. Materiais

DC-2.1. Tela Galvanizada

- dc-2.1.1. A tela a ser utilizada deverá ser fabricada com arame de aço galvanizado a fogo, com resistência à chuva. Na confecção da tela, deverão ser utilizados arame com bitola mínima de #12 BWG e medida da malha com 7cm a 7,5cm, podendo ser aceitas malhas com dimensões maiores ou menores, desde que aceitas pela fiscalização técnicas, e que o tamanho da malha impeça que um possível invasor consiga passar a mão pelo vão da malha.
- dc-2.1.2. Verifique se a tela está bem fixada e bem alinhada e a estique com o uso de ferramentas e equipamentos apropriados (exemplo: um esticador de catraca). Depois de bem esticada a tela, amarre-a em todos os mourões de concreto com arame galvanizado # 12 BWG.
- dc-2.1.3. Para o suporte das telas, deverão ser instaladas, no mínimo, três fios esticados, denominados de guias, nas extremidades superior/inferior e também ao meio da altura da tela do alambrado, ou seja, a um metro do solo natural, com fio # 12 BWG.

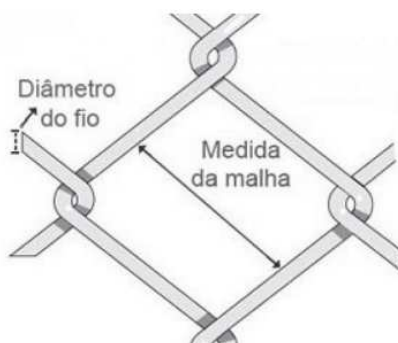


Figura 1 - Tela de arame galvanizado com espaçamento de 7cm (malha) e fio com dimensão mínima de #12 BWG (diâmetro do fio).

DC-2.2. Mourão de concreto armado

- dc-2.2.1. Os mourões de concreto armado devem atender a NBR 7176 e as suas dimensões e características devem estar de acordo com o exigido em TR.
- dc-2.2.2. O mourão de concreto armado é um prisma de seção transversal quadrangular uniforme, executado em concreto com Fck 20 MPa, não podendo apresentar fissuras, falhas de adensamento ou saliências. O mourão não deve apresentar sinais de pintura ou reparos posteriores à desmoldagem.

DC-2.3. Concertina

- dc-2.3.1. A concertina poderá ser fabricada em:
 - dc-2.3.1.1. Aço galvanizado: produzido pelo processo de imersão a quente. Essa proteção ocorre por barreiras exercidas pela camada de revestimento. O material utilizado é o de revestimento "B" possui 275 g/ m² (massa mínima de revestimento).
 - dc-2.3.1.2. Aço inoxidável: O aço inoxidável ferrítico é um material com resistência à corrosão, podendo utilizar o aço ACE 439 A, aço ASI430 ou similar.
 - dc-2.3.1.3. Aço galvalume: o galvalume é a união entre o aço, o alumínio e o zinco. Oferece durabilidade superior, principalmente em ambientes mais agressivos. O galvalume é composto por: 55% Alumínio, 43,5% Zinco, 1,5% Silício.
 - dc-2.3.1.4. Aço pintado (verde): utiliza como metal base o aço galvanizado onde é aplicado a tinta como revestimento em um processo controlado.

DC-2.4. Ferragem

- dc-2.4.1. A armação dos mourões de suporte e das escoras devem ser armadas com aço CA-50, conforme a NBR 7480. As dimensões dos fixadores, quantidades e posição devem estar de acordo com as definições do fabricante.

DC-3. Instalação

DC-3.1. Recomendações gerais

- dc-3.1.1. Marcar os pontos de instalação garantindo alinhamento e espaçamento corretos;
- dc-3.1.2. Planejar a direção da cerca de forma a evitar conflito com árvores e troncos existentes, pois não será permitido a remoção de vegetação nativa no local.
- dc-3.1.3. Antes da implantação da cerca, deve ser feita a limpeza de uma faixa de, aproximadamente, 0,50m de largura ou a critério do fabricante, tendo o traçado da cerca como eixo, para facilitar a sua execução e conservação.



- dc-3.1.4. Após limpeza, os mourões devem ser alinhados, aprumados e o reaterro de suas fundações compactado em camadas de 10 cm, de modo a não sofrerem deslocamento no momento em que os fios forem tracionados e a cerca de tela instalada.
- dc-3.1.5. Cavar buracos com profundidade mínima de 50 cm.
- dc-3.1.6. Inserir os postes e preencher com concreto, brita ou terra compactada para estabilidade.
- dc-3.1.7. Verificar prumo e nível antes da secagem do concreto.
- dc-3.1.8. Fixar a tela com arames galvanizados, presilhas ou materiais adequados.

DC-4. Controle de Execução

DC-4.1. Vistoria

- dc-4.1.1. O controle da execução é visual, devendo ser essencialmente observado:
 - dc-4.1.1.1. a execução da cerca sobre a linha demarcatória da área a ser delimitada.
 - dc-4.1.1.2. a resistência da cerca quanto a possíveis esforços que devem ser contrapostos à firmeza dos mourões.
 - dc-4.1.1.3. a fixação correta da concertina ao longo de toda extensão da cerca.
 - dc-4.1.1.4. verificação dos materiais utilizados na execução dos serviços (se a cerca e arame farpados são galvanizados e/ou possuem resistência à intempéries).

DC-4.2. Aceitação

- dc-4.2.1. A aceitação se dará após verificação visual e geométrica da obra, e desde que atendidas todas as exigências previstas em Termo de Referência e demais documentos licitatórios.

DC-5. Manejo Ambiental

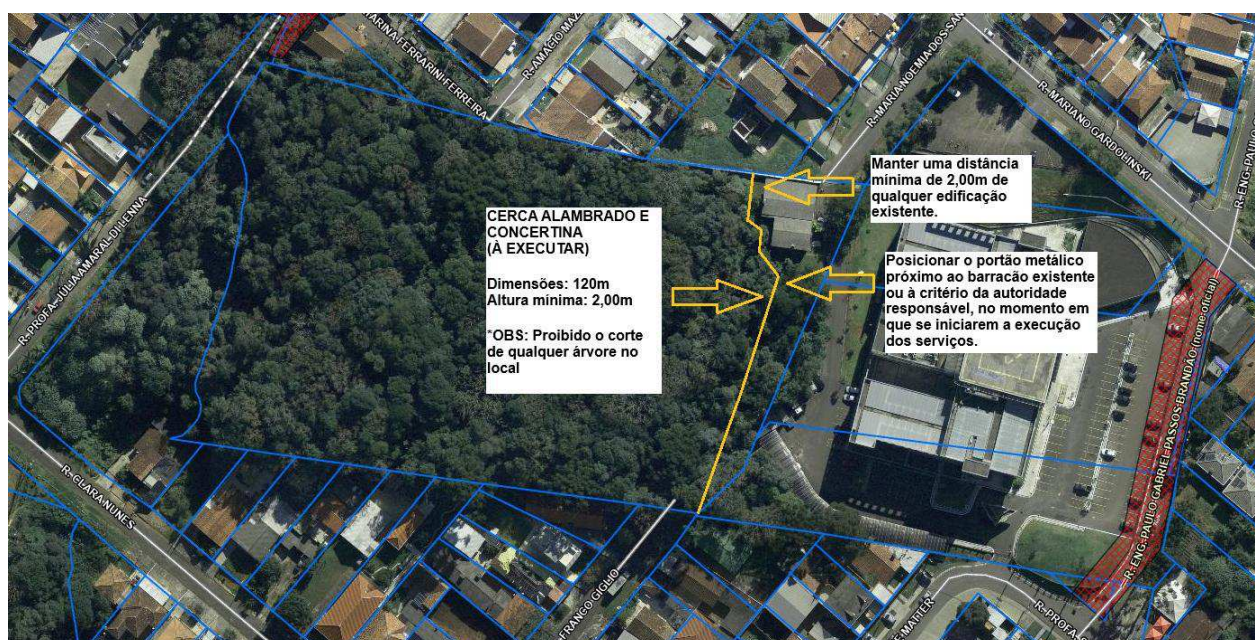
DC-5.1. Orientações gerais

- dc-5.1.1. Durante a execução dos serviços, devem ser preservadas as condições ambientais, com exigência, entre outros, dos procedimentos descritos a seguir:
 - dc-5.1.1.1. Não será permitido a derrubada de qualquer árvore nativa do local.
 - dc-5.1.1.2. Na operação de limpeza, a camada vegetal rasteira deve ser estocada, sempre que possível, para o futuro uso da recomposição vegetal no local.
 - dc-5.1.1.3. Não é permitida a queima do material removido.
 - dc-5.1.1.4. Todo o material excedente de escavação ou sobras deve ser removido das proximidades das obras e descartado obedecendo aos critérios ambientais.

DC-6. Detalhes Construtivos

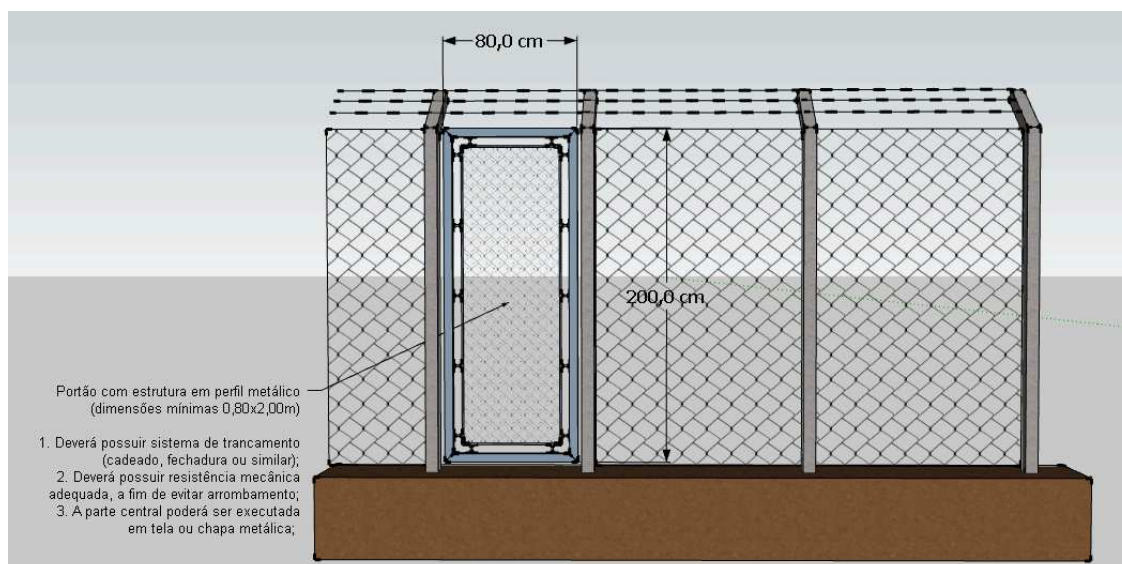
DC-6.1. Alinhamento

- dc-6.1.1. O traçado indicado na figura a seguir foi planejado de forma a evitar o conflito com vegetação local existente e desníveis acentuados no terreno.
- dc-6.1.2. Cabe a Contratada verificar previamente, junto à fiscalização competente, caso haja impossibilidade de seguir o traçado estimado. Nesse caso, deverá justificar os motivos e apresentar nova proposta de traçado, desde que não implique aumento de custos.
- dc-6.1.3. Para a instalação do alambrado, o terreno irregular deverá ser corrigido e modificado, de acordo com a necessidade. A área para a instalação do alambrado pode apresentar desníveis naturais. Para o aterro e/ou reaterro deverá ser utilizada terra limpa e isenta de pedras soltas, retirada do mesmo local.
- dc-6.1.4. A altura mínima da cerca deverá ser de 2,00m, sem considerar a altura da concertina.



DC-6.2. Portão de Pedestres

- dc-6.2.1. O portão de pedestres deverá ter dimensões mínimas de 0,80 x 2,00m e deverá ser confeccionado em aço ou material resistente à intempéries e possuir resistência mecânica adequada contra arrombamento. Também deverá possuir, no mínimo, um tipo de dispositivo de segurança (fechadura, cadeado ou similar), incluindo duas cópias de chaves, que deverão ser entregues ao fiscal responsável, ao final da execução dos serviços.



DC-6.3. Imagens do local de execução da cerca



IMR

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DO RESULTADO - ANEXO DO TR

IMR-1. DO OBJETO

- imr-1.1. Este documento apresenta os critérios de avaliação da qualidade dos serviços, estabelecendo indicadores, metas, mecanismos de cálculo, forma de acompanhamento e adequações de pagamento por eventual não atendimento das metas estabelecidas.
- imr-1.2. Este anexo é parte indissociável do Termo de Referência

IMR-2. JUSTIFICATIVA

- imr-2.1. Os serviços e materiais da CONTRATADA serão avaliados por meio de indicadores de qualidade: uso de EPI's; qualidade e quantidade dos materiais e equipamentos utilizados e qualidade dos serviços executados;
- imr-2.2. Aos indicadores serão atribuídos pontos de qualidade, conforme critérios apresentados nas tabelas constantes neste IMR.
 - imr-2.2.1. Cada indicador contribui com uma quantidade diferenciada de pontos de qualidade. Essa diferença está relacionada à essencialidade do indicador para a qualidade dos serviços.
 - imr-2.2.2. A pontuação final de qualidade dos serviços executados pode resultar em valores entre 0 (zero) e 100 (cem), correspondentes, respectivamente, às situações de serviço desprovido de qualidade e serviço prestado com a qualidade contratada.
- imr-2.3. As tabelas seguintes apresentam os indicadores, as metas, os critérios e os mecanismos de cálculo da pontuação de qualidade.



Nº 01 - USO DE EPIS	
Finalidade	Mensurar o atendimento às exigências contratuais relacionadas a fornecimento e uso de EPI's.
Metas a cumprir	Nenhuma ocorrência durante a fase de execução.
Instrumento de Medição	Constatação formal de ocorrências mediante fiscalização e anotação no dossiê de fiscalização (incluindo fotografias da ocorrência).
Forma de Acompanhamento	Pessoal, pelo fiscal do contrato. A fiscalização poderá ser executada à distância com o auxílio de algum servidor local do órgão, porém apenas para fins de registro de ocorrências no local de realização dos serviços.
Periodicidade	Diária, com aferição do resultado por fase de execução.
Mecanismo de Cálculo	O uso de EPI's será observado, sendo que o nº de ocorrências será por funcionário sem, ou portando de forma inadequada, EPI por dia.
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço.
Faixas de Ajuste no Pagamento	0 a 1 ocorrência = 40 Pontos 2 a 3 ocorrências = 30 Pontos 4 a 5 ocorrências = 20 Pontos 6 a 7 ocorrências = 10 Pontos 8 ou mais ocorrências = 0 Pontos.
Sanções	A partir de 8 ocorrências, além do desconto no valor a pagar serão aplicadas as sanções estabelecidas no termo de referência após instaurado o devido processo de aplicação de penalidade.
Número de ocorrências	
Total de pontos	



Nº 2 - Qualidade do serviço prestado (prazos e qualidade)					
ITEM	DESCRIÇÃO				
Finalidade	Garantir o nível de qualidade global na execução do serviço				
Meta a Cumprir	Atendimento total das fases constantes no Cronograma físico-financeiro com a qualidade especificada				
Instrumento de Medição	Constatação formal de ocorrências mediante fiscalização e anotação no dossiê de fiscalização (incluindo fotografias da ocorrência).				
Forma de acompanhamento	Pessoal, pelo fiscal do contrato. A fiscalização poderá ser executada à distância com o auxílio de algum servidor local do órgão, porém apenas para fins de registro de ocorrências no local de realização dos serviços.				
Periodicidade	De acordo com a rotina de trabalho				
Mecanismo de Cálculo	Descrita abaixo.				
Início de Vigência	A partir do início da prestação do serviço				
Faixas de ajuste no pagamento	Qualidade máxima = 60 Pontos				
Sanções	Se a contratada não obtiver ao menos 30 pontos, além do desconto no valor a pagar, serão aplicadas as sanções estabelecidas no termo de referência após instaurado o devido processo de aplicação de penalidade.				
Legenda do Grau de Satisfação: 5 = Excelente 4 = Bom 3 = Regular 2 = Ruim 1 = Péssimo					
DESCRIÇÃO	AVALIAÇÃO				
	5	4	3	2	1
Comunicação no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas à Administração/Fiscal de contrato de qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.					
Seleção e guarda de materiais passíveis de reaproveitamento.					
Observação rigorosa das recomendações dos fabricantes dos materiais utilizados, quanto ao método executivo e às ferramentas apropriadas a empregar.					
Atendimento às demandas de natureza corretiva e a procedimentos determinados pela fiscalização do contrato.					
Funcionários devidamente uniformizados e com dispositivo de identificação (crachás ou bordado na roupa).					



Local de trabalho mantido limpo e em condições de segurança, higiene e disciplina.					
Métodos executivos aderentes às especificações do Termo de Referência ou anexo ou mudanças submetidas por escrito à aprovação da Contratante.					
Diário de serviços preenchido corretamente e entregue dentro do prazo (conforme estipulado em reunião inicial de execução dos serviços).					
Não permitir que funcionários, inclusive terceirizados durante execução de serviços relacionados ao objeto desta contratação, utilizem qualquer tipo de bebida alcoólica e cigarros no local de trabalho.					
Zelo com a utilização das instalações da PF durante a execução dos serviços.					
Realizar a execução dos serviços com a técnica e segurança adequada de modo a não gerar riscos a pessoas ou patrimônio, principalmente em relação aos serviços de demolição.					
Entrega das documentações necessárias para início da obra, dentro dos prazos estipulados em TR ou Aviso de Dispensa, ou quando solicitadas pela fiscalização.					
Pontuação (soma total da pontuação dos quesitos avaliados) :					

IMR-3. FAIXAS DE AJUSTE DE PAGAMENTO

imr-3.1. As pontuações de qualidade devem ser totalizadas para o mês de referência, conforme métodos apresentados nas tabelas acima.

imr-3.1.1. A aplicação dos critérios de averiguação da qualidade resultará em uma pontuação final no intervalo de 0 a 100 pontos, correspondente à soma das pontuações obtidas para cada indicador, conforme fórmula abaixo:

$$\text{Pontuação total do serviço (X)} = \text{Pontos "Indicador 1"} + \text{Pontos "Indicador 2"}$$

imr-3.1.2. Os pagamentos devidos, relativos aquela medição de obra, devem ser ajustados pela pontuação total do serviço, conforme tabela e fórmula apresentadas abaixo:



Faixas de pontuação de qualidade	Pagamento devido	Fator de Ajuste de nível de serviço
X > 90 pontos	100% do valor previsto	1
80 < X < 90 pontos	98% do valor previsto	0,98
70 < X < 80 pontos	96% do valor previsto	0,96
60 < X < 70 pontos	94% do valor previsto	0,94
50 < X < 60 pontos	92% do valor previsto	0,92
X < 50 pontos	90% do valor previsto e rescisão contratual	0,9
Valor da medição (valor da medição previsto x fator de ajuste de nível de serviço) =		

Fiscal de Contrato (assinatura digital):

Preposto da contratada (assinatura digital):

Ciente,

ADMINISTRADOR

RG.

CPF.

DATA: ____/____/____.

MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA ou RENÚNCIA

POLÍCIA FEDERAL

DISPENSA ou PREGÃO ELETRÔNICO ou CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº/20.....

Nome da empresa:

Prezados (a) Senhores (a).

1. Declaramos conhecer e compreender, por inteiro, o teor do **Pregão/Concorrência Eletrônico(a) nº XX/2025**, cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica especializada em fornecer serviço de
XX Declaramos ter tomado conhecimento de todas as informações e condições para o devido cumprimento do objeto da licitação em pauta, bem como estar completamente de acordo com todas as exigências do Termo de Referência, do Aviso de Dispensa e seus Anexos, que o integram, independentemente de transcrição.
2. Declaramos estar totalmente cientes do grau de dificuldade envolvido, e por meio do Engenheiro Responsável Técnico ou funcionário habilitado da empresa declaramos:

DECLARAMOS:	Escolha
estar totalmente cientes do grau de dificuldade envolvido e ter VISTORIADO presencialmente in loco, por meio do Engenheiro Responsável Técnico ou funcionário da empresa habilitado, todos os locais de realização dos serviços, conforme lista abaixo:	
estar totalmente cientes do grau de dificuldade envolvido e ter RENUNCIADO à faculdade de realizar vistoria nos locais que fazem parte do objeto desta licitação:	

Empresa

CNPJ

Endereço

Telefone/Fax

E-mail

Responsável Técnico

Curitiba (PR), ____ de _____ de 20____.

Responsável Técnico da Empresa

PF

OBS.: Esta declaração deverá ser entregue junto com os demais documentos relativos à habilitação.

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO E CONHECIMENTO DOS TERMOS DO Aviso
de Dispensa**

POLÍCIA FEDERAL

DISPENSA ou PREGÃO ELETRÔNICO ou CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº/20.....

Nome da empresa:

Prezados (a) Senhores (a):

- 1. (Razão Social), CNPJ-MF Nº (XXXXX/XXXX-XX), sediada à (xxxxxxxxxxx, Nº, Bairro, Cidade – UF, DECLARA, que aceita integralmente os termos e condições da presente Licitação, bem como às disposições contidas na Lei Nº 14.133/21 e suas alterações.

- 2. DECLARA, ainda, ter tomado conhecimento de todas as informações e condições para o devido cumprimento do objeto da licitação em pauta, bem como estar completamente de acordo com todas as exigências do Aviso de Dispensa e seus anexos, que o integram, independentemente de transcrição.

(Cidade), (dia) de (mês de ano).

Nome do Representante legal da empresa
(assinatura autorizada)
(nome e cargo do signatário)
(nome da Empresa)

MODELOS DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE LEGISLAÇÃO TRABALHISTA DE MENORES

POLÍCIA FEDERAL

DISPENSA ou PREGÃO ELETRÔNICO ou CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº/20.....

Nome da empresa:

Prezados (a) Senhores (a),

Declaramos para fins de habilitação ao Processo Licitatório **n.º xxxx/2024– Pregão Eletrônico n.º xxxx/2024**, que não mantemos em nosso quadro de pessoal, menores de 18 (dezoito) anos trabalhando em horário noturno, perigoso ou insalubre, tampouco menores de 16 (dezesseis) anos executando qualquer trabalho, observando desta forma, o dispositivo constitucional consagrado no art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional nº 20/98, bem como o disposto no inciso VI do art 68 da Lei 14.133/21 c/c pela Lei nº 9.854/99.

(Cidade), (dia) de (mês de ano).

Nome do Representante legal da empresa

(assinatura autorizada)

(nome e cargo do signatário)

(nome da Empresa)

MODELO DE DECLARAÇÃO DA INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

POLÍCIA FEDERAL

DISPENSA ou PREGÃO ELETRÔNICO ou CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº/20.....

Nome da empresa:

Prezados (a) Senhores (a).

(Razão Social), CNPJ-MF Nº _____, sediada à rua _____, nº _____, Bairro _____, na cidade de _____, estado de _____, declara, sob as penas da Lei, que até a presente data **inexistem fatos impeditivos para nossa habilitação** no presente processo licitatório, estamos ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

(Cidade), (dia) de (mês de ano).

Nome do Representante legal da empresa

(assinatura autorizada)

(nome e cargo do signatário)

(nome da Empresa)

MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS (PESSOAS COM DEFICIÊNCIA)

POLÍCIA FEDERAL

DISPENSA ou PREGÃO ELETRÔNICO ou CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº/20.....

Nome da empresa:

Prezados (a) Senhores (a).

(Razão Social), CNPJ-MF Nº (XXXXX/XXXX-XX), sediada à (xxxxxxxxxxx, Nº, Bairro, Cidade – UF, declara que cumpre a legislação vigente referente à reserva de cargos para pessoas com deficiência ou reabilitados, conforme o disposto no artigo 93 da Lei 8.213/1991, e que atende às normas de acessibilidade.

(Cidade), (dia) de (mês de ano).

Nome do Representante legal da empresa

(assinatura autorizada)

(nome e cargo do signatário)

(nome da Empresa)

MODELO DE DECLARAÇÃO DA INEXISTÊNCIA DE CONFLITO DE INTERESSES

POLÍCIA FEDERAL

DISPENSA ou PREGÃO ELETRÔNICO ou CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº/20.....

Nome da empresa:

Prezados (a) Senhores (a).

(Razão Social), CNPJ-MF Nº (XXXXX/XXXX-XX), sediada à (xxxxxxxxxxx, Nº, Bairro, Cidade – UF, DECLARA, a **inexistência de conflito de interesses para sua habilitação e classificação**, com referência aos profissionais, pelo prazo de duração do contrato e após o seu término, conforme regulamentação específica e aplicável em sua área de atuação, e portanto, afirma não exercer atividades que conflitem com as atividades relativas aos serviços desta licitação.

(Cidade), (dia) de (mês de ano).

Nome do Representante legal da empresa

(assinatura autorizada)

(nome e cargo do signatário)

(nome da Empresa)

MODELO DE DECLARAÇÃO DE BOA SITUAÇÃO FINANCEIRA

(caso seja obrigatório no Termo de Referência)

POLÍCIA FEDERAL

DISPENSA ou PREGÃO ELETRÔNICO ou CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº/20.....

Nome da empresa:

Prezados (a) Senhores (a),

A empresa _____ inscrita no CNPJ sob o nº _____, estabelecida na _____, Bairro _____, Cidade de _____, Estado _____, Telefone: _____, vem por meio de seu representante legal abaixo identificado, demonstrar as seguintes condições:

ÍNDICES CÁLCULOS 1.1. ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL (LG), COM VALOR SUPERIOR OU IGUAL A 1, ONDE: <u>Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo</u> Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo	LG= _____ = _____
ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL (SG), COM VALOR SUPERIOR OU IGUAL A 1, ONDE: _____ <u>Ativo Total</u> Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo	SG= _____ = _____
ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE (LC), COM VALOR SUPERIOR OU IGUAL A 1, ONDE: _____ <u>Ativo Circulante</u> Passivo Circulante	LC= _____ = _____

(Cidade), (dia) de (mês de ano).

Nome do Representante legal da empresa

(assinatura autorizada)

(nome e cargo do signatário)

(nome da Empresa)

TERMO DE CESSÃO DE USO DOS DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

Pelo presente instrumento, de um lado, como o CEDENTE
, _____,
RG _____, CPF _____
_____, representante legal da
empresa

CNPJ _____, e, de
outro lado, como CESSIONÁRIOS e CONTRATANTE, **a Delegacia de
Polícia Federal em XXXXXXXX CNPJ XXXXXXXXXX** têm justo e
acordado o presente Contrato de Cessão de Uso dos Direitos de
Propriedade Intelectual, em caráter universal, total e definitivo, que
se faz por prazo indeterminado e gratuito, mediante as seguintes
cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

- 1.1. Pelo presente Instrumento Particular de Cessão de Uso e na melhor forma de direito, o CEDENTE e AUTOR do PROJETO ou da solução cede aos CESSIONÁRIOS o direito de uso da propriedade intelectual da obra:

Projeto de XXXXXX

Processo SEI XXXXXX

ART XXXXXX
- 1.2. O CEDENTE declara, sob as penas da lei e sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, que é o autor e proprietário da obra acima especificada, responsabilizando-se por qualquer dano que venha a causar aos CESSIONÁRIOS.
- 1.3. O CEDENTE responde integralmente pela originalidade do produto e/ou processo objeto bem como, pelos conceitos ideológicos e pessoais que envolvam terceiros ou de outra ordem neles contidos.
- 1.4. O CEDENTE declara não existir nenhuma proibição vinculada à divulgação da obra, produto ou processo objeto do PROJETO ou da solução, desonerando, também, o Departamento de Polícia Federal de todas e quaisquer responsabilidades oriundas da utilização do material por si ou de terceiros.
- 1.5. Fica garantido ao CEDENTE todos os direitos de propriedade intelectual relativos ao PROJETO ou da solução, podendo o CESSIONÁRIO ser co titular dos referidos direitos e, a qualquer momento alterar e disponibilizar para terceiro quando do interesse da Administração Pública

2. CLÁUSULA SEGUNDA: DA AUTORIZAÇÃO DO CEDENTE

- 2.1. Por força do presente instrumento, o CEDENTE autoriza os CESSIONÁRIOS:
- 2.2. Utilizar sua imagem, nome e voz, gratuitamente, em qualquer tipo de divulgação e obra de criação intelectual de autoria do Departamento de Polícia Federal produzida a qualquer tempo, em qualquer suporte, sem limite de quantidade, que poderá ser veiculada em qualquer veículo no todo ou em parte, dentro e fora do país, inclusive para efeitos publicitários.

3. CLÁUSULA TERCEIRA: DA RESPONSABILIDADE DO CEDENTE

- 3.1. O CEDENTE assume toda e qualquer responsabilidade pela originalidade da criação do objeto do presente instrumento, e se obriga a responder civil e penalmente por qualquer reclamação à autoria desta obra.

4. CLÁUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA

- 4.1. A cessão de direitos autorais objeto do presente Contrato tem vigência por prazo indeterminado, a contar da assinatura deste instrumento.

5. CLÁUSULA QUINTA: DISPOSIÇÕES GERAIS

- 5.1. Este contrato, além de seu conteúdo específico, reger-se-á pelas disposições legais existentes, apropriadas à natureza jurídica do ora pactuado.
- 5.2. A presente cessão será efetuada a título gratuito.
- 5.3. Por estarem justos e acordados, perante as testemunhas, datam e assinam o presente, em três vias de igual teor e forma, para a produção de todos os seus efeitos.

Representante Legal/CEDENTE

Polícia Federal / CESSIONÁRIO

TESTEMUNHAS:

Nome

Nome

CPF

CPF

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E RESPONSABILIDADE

Pelo presente instrumento, a empresa _____, com sede à _____, inscrita no CNPJ/MF sob o número ____/____-____, doravante designada simplesmente RESPONSÁVEL, neste ato representada pelo Senhor(a) _____, RG nº _____ e CPF nº _____, se compromete, por intermédio do presente TERMO DE CONFIDENCIALIDADE E RESPONSABILIDADE, a não divulgar sem autorização, utilizar para si, reproduzir ou dar conhecimento a terceiros das informações relativas às **Delegacias de Polícia Federal em XXXXXXXXXXXXXXXX**, em especial das Plantas/Pranchas de Desenho, enquanto material SIGILOSO pertencente ao Departamento de Polícia Federal, as quais devem ser conceituadas como SEGREDO DE NEGÓCIO, mediante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA

- 1.1. A RESPONSÁVEL reconhece que tomou conhecimento de informações privadas da Polícia Federal, que podem e devem ser conceituadas como segredo de negócio. Estas informações devem ser tratadas confidencialmente sob qualquer condição e não podem ser divulgadas a terceiros não autorizados, aí se incluindo os próprios empregados da RESPONSÁVEL, sem a expressa e escrita autorização de servidor autorizado da Polícia Federal.
- 1.2. Parágrafo Único - A RESPONSÁVEL determinará a todos os seus empregados, prepostos e prestadores de serviço que estejam direta ou indiretamente envolvidos com a prestação de serviços objeto do Contrato, a observância do presente Termo, adotando todas as precauções e medidas para que as obrigações oriundas do presente instrumento sejam efetivamente observadas.

2. CLÁUSULA SEGUNDA

- 2.1. O RESPONSÁVEL, obriga-se, por si, seus sócios, administradores, funcionários, prepostos, contratados ou subcontratados e quaisquer outros que, através dos agentes da RESPONSÁVEL, tenham acesso a informações vinculadas ao presente, a manter o mais completo e absoluto sigilo com relação a toda e qualquer informação da Superintendência de Polícia Federal em Curitiba a que tenham acesso.
- 2.2. Parágrafo 1º - O termo “informação” abrange toda informação escrita, verbal ou apresentada de outro modo tangível ou intangível, inclusive através de mídias digitais,

especialmente relativas a informações administrativas, operacionais e técnicas, especificações e quaisquer outras informações técnicas, financeiras ou comerciais, relativas ao objeto do presente.

- 2.3. Parágrafo 2º - A RESPONSÁVEL poderá proceder ao fornecimento das informações confidenciais de que trata o presente quando exigidas por autoridade competente, mediante ordem judicial ou administrativa, obrigando-se, todavia, a imediatamente comunicar tal fato à Superintendência de Polícia Federal em Curitiba, por escrito, observando que as mesmas poderão ser liberadas consoante os termos da ordem judicial ou administrativa.
- 2.4. Parágrafo 3º - Os materiais, documentos e informações obtidos pela RESPONSÁVEL serão utilizados apenas com o propósito de formular proposta em licitação ou executar o serviço de engenharia da Superintendência de Polícia Federal em Curitiba, caso reste vencedora da referida licitação.
- 2.5. Parágrafo 4º - Ao término da execução dos serviços, a RESPONSÁVEL se compromete a devolver à Polícia Federal todos e quaisquer documentos, dados e materiais a que tenha tido acesso, inclusive todas e quaisquer cópias dos mesmos.
- 2.6. Parágrafo 5º - Todos os documentos e/ou informações necessários à execução dos serviços deverão ser solicitados sempre por e-mail criptografado utilizando recurso disponibilizado pela Polícia Federal ou deverão ser entregues à Polícia Federal, mediante relação e protocolo.

3. CLÁUSULA TERCEIRA

- 3.1. O não cumprimento de quaisquer cláusulas e condições deste TERMO implicará na responsabilidade civil e criminal dos que estiverem envolvidos na violação das regras de sigilo e confidencialidade de informações estabelecidas e formalizadas por meio deste TERMO.
- 3.2. Parágrafo Único - A infração de quaisquer disposições deste TERMO, estando ou não finalizado os serviços, em especial qualquer divulgação, utilização, transferência, cessão ou alienação, intencional ou não de qualquer informação confidencial, material, documentos e informações da PF ao mercado e/ou a outras pessoas físicas e/ou jurídicas, dará ensejo a indenizações por perdas e danos que porventura a Polícia Federal e/ou seus administradores venham a sofrer em decorrência de tal falta, recaiando essas responsabilidades, exclusivamente, sobre os signatários deste compromisso, os quais serão apurados em juízo, na forma do art. 402 e seguintes do Código Civil.

4. CLÁUSULA QUARTA

- 4.1. O presente instrumento representa o consentimento integral da RESPONSÁVEL quanto à sua matéria e não poderá ser alterado sem o expresso e formal consentimento da Polícia Federal. As disposições do presente termo vinculam os eventuais sucessores da RESPONSÁVEL, assim como quaisquer sociedades ou entidades, contratadas ou ainda

“afiliadas” à RESPONSÁVEL, nacionais ou estrangeiras, que venham a ter contato com as informações confidenciais, entendendo-se por “afiliadas” quaisquer sociedades controladoras, controladas ou que estejam sob o mesmo controle que a RESPONSÁVEL. O presente termo não poderá ser cedido sem o consentimento expresso da Polícia Federal.

(Cidade), (dia) de (mês de ano).

Nome do Representante legal da empresa

(assinatura autorizada)

(nome e cargo do signatário)

(nome da Empresa)

MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO

POLÍCIA FEDERAL

DISPENSA ou PREGÃO ELETRÔNICO ou CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº/20.....

Nome da empresa:

OBJETIVO DO REQUISITO: Formalizar o marco do início da execução da obra/dos serviços.

RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO: O chefe ou gerente da Gerência de Contratos.

QUANDO PREENCHER: Início da fiscalização.

ORDEM DE SERVIÇO Nº _____

Referente à execução da (DESCREVER OBJETO), localizado (a) à (DESCREVER ENDEREÇO).

1. REFERÊNCIA

- 1.1. Processo Licitatório nº
- 1.2. (Modalidade) nº
- 1.3. Valor Estimado pelo/a (SIGLA do órgão contratante): R\$ xxxxxxx (valor por
- 1.4. extenso).
- 1.5. Contrato nº
- 1.6. Valor do Contrato: R\$ xxxxxxx (valor por extenso).
- 1.7. Contratada:
- 1.8. Prazo Contratual: XXX dias corridos.
- 1.9. Prazo de Execução: XXX dias corridos
- 1.10. Data de início da execução:
- 1.11. Data de conclusão da conclusão:
- 1.12. Data Base:
- 1.13. Fiscal/Gestor do Contrato:
- 1.14. Aditivo de Prazo de Execução:
- 1.15. Aditivo de Prazo de Vigência:
- 1.16. Aditivo de valor:

Pela presente Ordem de Serviços, autorizamos a (Descrever Contratada) a iniciar na data de _____ de _____ de 20__ os serviços, objeto do contrato acima epigrafado, celebrado entre o/a (DESCREVER CONTRATANTE) e a empresa acima.

_____, _____ de _____ de 20__.

(nome da autoridade competente, cargo por extenso)

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

(Papel timbrado da contratante pessoa jurídica)

Atestamos, para os devidos fins, que a empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____ estabelecida na Rua _____ nº _____, bairro _____ na cidade de _____ Estado de _____, prestou serviços à Delegacia de Polícia Federal em **XXXXXXXXXX**, CNPJ nº _____ estabelecida na Rua _____ nº _____, bairro _____, na cidade de _____, Estado de _____, conforme informações abaixo descritas.

1. DADOS DO CONTRATO

- 1.1. ART/RRT(s) nº **XXX** *obrigatório Contrato nº **XXX** *obrigatório Celebrado: **dia/mês/ano**
- 1.2. Valor do contrato: R\$ XX.XX *obrigatório
- 1.3. Período de realização dos serviços: *obrigatório
- 1.4. Data de início: dia/mês/ano
- 1.5. Data de fim: **dia/mês/ano**

2. DADOS DA OBRA/SERVIÇO

- 2.1. Local de realização dos serviços: **(Logradouro, nº, Município e Estado).** *obrigatório

3. RESPONSÁVEL(IS) TÉCNICO(S)

- 3.1. Responsável(is) Técnico(s) pela realização dos serviços: **(Identificação completa do(s) profissional(is): Nome do Profissional, Título, nº do CAU, etc.)** *obrigatório

4. ATIVIDADE TÉCNICA

- 4.1. Descrição das atividades técnicas desenvolvidas: **(As atividades técnicas deverão ser descritas detalhadamente, possibilitando a perfeita identificação dos seus elementos quantitativos e qualitativos). (Caso no atestado conste mais de um profissional, deverão ser informadas as atividades prestadas de forma individual).**

*obrigatório

(Cidade), (dia) de (mês de ano).

(Assinatura do Representante legal do Contratante)

(Nome, CPF e cargo do representante legal da pessoa jurídica)

ainda:

(Em representação desta: Arquiteto e Urbanista ou outro profissional que possua habilitação legal para realizar as atividades atestadas, informando o Nome, título profissional e número de registro no CAU se Arquiteto e Urbanista, ou no Conselho Profissional Respetivo, se outro profissional.)

Observações:

- O modelo de Atestado disponibilizado pela PF é um documento sugestivo, podendo sua formatação vir a ser alterada. Quando o atestado a ser registrado se referir a projeto, obra ou outro serviço técnico realizado em regime de subcontratação ou subempreitada, será necessária a comprovação da anuência do contratante inicial ou da efetiva participação do profissional na realização das atividades técnicas atestadas.
- O registro do atestado será deferido se, após a análise da documentação apresentada, verificar-se que há compatibilidade entre os dados informados e aqueles constantes dos Registros de Responsabilidade Técnica- RRT ou Anotação de Responsabilidade Técnica – ART correspondentes efetuados em nome do profissional responsável pelo projeto, obra ou serviço técnico.
- O atestado de capacidade técnica é o documento fornecido pela pessoa jurídica contratante, que comprova a realização do projeto, obra ou outro serviço técnico nele descrito. No caso de a pessoa jurídica ser, ao mesmo tempo, proprietária da obra ou serviço técnico e emitente do atestado, deverá ser anexado ao pedido de registro deste um documento público que comprove a conclusão das atividades atestadas.
- O atestado que se referir a obras ou serviços técnicos parcialmente executados deverá explicitar quais as etapas e em que período os mesmos foram realizados. A Certidão de Acervo Técnico com Atestado - CAT-A perderá validade se houver qualquer modificação nos dados técnicos qualitativos ou quantitativos constantes dos RRT/ART que a constituem ou se for constatada qualquer alteração das informações constantes no atestado a que se refere. ATENÇÃO: Para que seja aprovada a CAT-A, os dados do atestado técnico devem ser IGUAIS aos do RRT/ART. Caso haja qualquer divergência, o RRT deverá ser retificado ou emitido novo atestado para que as informações correspondam com o que de fato foi realizado. Para os fins de registro de atestado referente a atividade técnica realizada no exterior, toda documentação apresentada em língua estrangeira deverá: I - atender aos requisitos de validade conforme a legislação do país onde a atividade técnica foi realizada; II - ser legalizada pela autoridade consular brasileira no país de origem; e III - ser acompanhada da correspondente tradução para o vernáculo, por tradutor público juramentado, nos termos da legislação brasileira vigente.